

## **ENTREVISTA COM A PROFESSORA ELAINE LOURENÇO**

Entrevistada: Elaine Lourenço<sup>462</sup>

Entrevistadora: Laura Finesso Chalegre<sup>463</sup>

Cara Prof<sup>ª</sup>. Elaine Lourenço, sua contribuição nessa entrevista seria muito valiosa para nossa edição, a senhora é uma fonte de inspiração pra nós!

1) Como a senhora se interessou e ingressou na graduação de História, e quais dificuldades e/ou disparidades encontrou pelo caminho por ser uma mulher?

Escolhi cursar História porque era uma disciplina que eu gostava muito, sobretudo no 2º grau (atual Ensino Médio). Tive um professor muito instigante, que nos fez ler obras muito interessantes e despertou minha curiosidade. Também tinha a certeza que queria ser professora e foi com surpresa que, na graduação na PUC/SP, descobri que era preciso fazer outro curso, a licenciatura, para me tornar uma docente. Na Educação Básica não fui discriminada por ser mulher, penso que isso acontece porque o magistério é uma profissão majoritariamente feminina sobretudo neste segmento. Na contratação no Ensino Superior também não vejo muitas diferenças, a discriminação de gênero está mais presentes na forma de exercício da profissão, quando as mulheres acabam por assumir a maior parte das tarefas familiares e, com isso, ficam sobrecarregadas nas tarefas profissionais.

2) Prof.<sup>ª</sup> Elaine, sendo a área de Ensino de História a sua

---

<sup>462</sup> Professora do Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2146990309385425>. E-mail: elourenco13@unifesp.br.

<sup>463</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6451053515044115>. E-mail: laura.finesso@unifesp.br.

especialização, gostaria de saber como a senhora percebe o contraste entre a desvalorização da educação e das minorias pela conjuntura atual versus a diversidade crescente entre os estudantes da graduação e currículos acadêmicos. O ensino de História e o currículo deste está sendo mais inclusivo, em relação às mulheres, negres, LGBTQIAP+ e indígenas?

Penso que o resultado da eleição de 2018 é fruto, entre outros fatores, do incômodo que as políticas inclusivas dos governos Lula e Dilma trouxeram aos setores conservadores no Brasil. E é justamente em função deste conjunto de políticas públicas, e da nova cara que elas trouxeram para a educação, em geral, e para o ensino de História, em particular, que acredito que não haverá volta, ou seja, as cotas, a lei 10.639/03 e a 11.645/08, a política de inclusão e diversidade vieram para ficar, mesmo em momentos de avanço do conservadorismo. Tenho muito orgulho de trabalhar na formação de professores em uma universidade federal, cujo acesso se dá pelo ENEM/SISU, que destina metade das vagas para cotistas e se localiza em uma região periférica da cidade de Guarulhos. Isso nos coloca enormes desafios, mas todos aprendemos com isso. É uma grande responsabilidade, mas é também uma grande alegria.

Em relação aos currículos vivemos um momento delicado: as reformas da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), o Novo Ensino Médio e as Bases Nacionais de Formação de Professores apontam para um currículo unificado e uniformizador, feito na medida para avaliações nacionais e padronizadas. Neste sentido, há um enorme retrocesso na política anterior de valorização das diversidades. De outro lado, há um movimento intenso no campo da educação para a revogação destas reformas, sobretudo do Ensino Médio, que pode reconfigurar a situação. É preciso lembrar, aqui, que o currículo prescrito não é o currículo em ação, ou seja, os professores não seguem exatamente o que está proposto, as práticas docentes são resultantes de

várias influências que vão desde a formação inicial nas licenciaturas, passam pela experiência docente e são mediadas pelas próprias convicções pessoais e o momento da carreira dos professores. Assim, a própria existência de uma lei, como a 10.639/03 não garante, por si, que a história e a cultura afro-brasileira sejam estudadas nas escolas, mas ela fortalece os professores que tem, ou já tinham, estas práticas, ao mesmo tempo que obriga os outros docentes a se posicionar diante dela. Também aqui há o peso das culturas escolares que favorecem, ou não, a entrada de novos temas e novos olhares em cada instituição. Um outro exemplo, neste sentido, é a proposta feita para a área de História, no governo de Fernando Haddad como prefeito de São Paulo (2013-2016), que buscava descolonizar o currículo da área. Embora não tenha sido promulgado, ele gerou uma discussão na rede que pode servir de inspiração para os professores em suas práticas cotidianas.

3) Atualmente a senhora está à frente de projetos relacionados à docência na UNIFESP, oferece aulas na graduação, é coordenadora do PIBID e vice-coordenadora do ProfHistória, um currículo de fôlego. A senhora poderia explicar as diferenças entre os currículos do ProfHistória e o Mestrado Acadêmico, assim como os seus respectivos desafios e demandas?

Em relação ao PIBID, queria lembrar que é uma das políticas públicas às quais me referi anteriormente, que atuam na valorização da carreira docente. Mais que isso, o PIBID possibilita um diálogo horizontal entre universidade e escola e todos podemos nos beneficiar com isso, professores e alunos de ambas as instituições.

O ProfHistória é um mestrado profissional, em rede nacional. Isso significa que fazemos parte de um grupo de 39 instituições no Brasil, com sede na Universidade Federal do Rio de Janeiro, que oferecem o curso. O que diferencia um mestrado profissional de um acadêmico, em princípio, é

que no primeiro são aceitos apenas os profissionais da área, neste caso, os professores de História. Acho importante frisar isso, não se trata de um mestrado de menor valor acadêmico, ou técnico, ou profissionalizante. Ao contrário, do ponto de vista das titulações ele têm o mesmo valor de um mestrado acadêmico, mas ele conta com este acréscimo que é discutir a partir do local de trabalho dos professores de História. Neste sentido, sempre friso que as licenciaturas, que também tem o mesmo valor acadêmico que os bacharelados, possibilitam o acesso a todas as pós-graduações, inclusive ao ProfHistória, ao contrário dos segundos, que não podem lecionar, logo não terão acesso a este curso.

4) O que a senhora tem a dizer para as mulheres que estão ingressando no curso e pretendem seguir a carreira no Ensino de História? O que elas podem enfrentar e como passar pelos obstáculos que podem aparecer no meio acadêmico, especialmente atravessados pelas questões de gênero?

Eu diria a estas mulheres, se é isso que vocês gostam, venham para a licenciatura. O magistério precisa de professoras e professores sérios e comprometidos, que se realizem na profissão. No cotidiano escolar problematizem todas as formas de discriminação, seja na sala de aula, seja no convívio com os pares e os gestores. A escola é um lugar ideal para avançar na construção de uma sociedade mais fraterna, mais solidária, mais justa. E isso só é possível com a atuação de professoras e professores que exerçam de forma digna e responsável o seu ofício.